Série | Balanço dos ODS

1 ERRADICAR A POBREZA

CADERNOS CEBRAP SUSTENTABILIDADE

Working Papers

ODS 1: longe da meta

CAROLINA TRIVELLI
JHONATAN CLAUSEN

Vol.7 – N.1 ▪ julho 2026
ISSN 2764-1937

CEBRAP Sustentabilidade

CEBRAP

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP - foi criado em 1969 para ser um espaço de produção de conhecimento crítico e independente no Brasil. O foco da instituição é a análise da realidade brasileira, com um estilo de trabalho que enfatiza a comparação e combina a especialização e a interdisciplinaridade, em diálogo constante entre as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas das áreas de origem de seus pesquisadores: sociologia, política, demografia, direito, filosofia, história, antropologia, economia e geografia.

Presidente
Adrian Gurza Lavalle

Diretor Científico
Arilson Favareto

Diretor Administrativo
Victor Callil

ISSN 2764-1937

O Cebrap Sustentabilidade - Núcleo de Pesquisa e Análises sobre Meio ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade, dedica-se à produção de conhecimentos voltados a favorecer formas inovadoras de tratamento do tema ambiental e que estejam sintonizadas com os principais avanços realizados pela comunidade científica nacional e internacional. Os estudos, eventos e publicações produzidos pelo núcleo se apoiam em rigor científico e excelência e pela busca em qualificar o debate público no Brasil, tendo como parceiros uma pluralidade de atores favoráveis a uma transição sustentável e inclusiva. Cinco temas concentram as pesquisas do Cebrap Sustentabilidade: Mudanças climáticas; Governança ambiental policêntrica; Biodiversidade, água, alimentos e energia; Cidades e regiões na transição para a sustentabilidade; Epistemologia da sustentabilidade.

Coordenador
Arilson Favareto

https://cebrapsustentabilidade.org
E-mail: sustentabilidade@cebrap.org.br

Cadernos Cebrap Sustentabilidade – *Working Papers*

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Cebrap Sustentabilidade com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à comunidade científica e aos tomadores de decisão públicos e privados atuando em temas ambientais e suas interfaces com a agenda econômica e política do país.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Cebrap.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais. são proibidas.

ODS 1: longe da meta

Carolina Trivelli[1]
Jhonatan Clausen[2]

1. Longe de cumprir o ODS 1

A Declaração do Milênio adotada pelas Nações Unidas no ano 2000 foi um marco na agenda internacional do desenvolvimento ao estabelecer, como um de seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM 1), a erradicação da pobreza extrema e da fome (United Nations, 2000). Durante os quinze anos de vigência dessa agenda, a proporção de pessoas que viviam com menos de 1,25 dólar por dia — o limiar internacional de pobreza extrema então vigente — reduziu-se de 27,8% em 2000 para 12,7% em 2015 (World Bank, 2015), superando, em termos globais, a meta estabelecida. Esse resultado gerou otimismo quanto à possibilidade de erradicar a pobreza extrema em escala mundial.

Em 2015, a nova Agenda 2030 propôs uma abordagem mais ambiciosa: o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) passou a ter como meta "acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares" (United Nations, 2015, p. 15). Esse novo marco ampliou o foco da pobreza, que deixou de ser concebida apenas em termos monetários para incorporar uma visão mais abrangente, ao incluir explicitamente a pobreza multidimensional por meio da Meta 1.2. Assim, o ODS 1 reconhece tanto a viabilidade de erradicar a pobreza monetária extrema quanto a necessidade de reduzir outras formas de privação relacionadas a dimensões não monetárias do bem-estar humano.

Do ponto de vista conceitual, essa mudança reflete duas mudanças centrais: a passagem de uma compreensão da pobreza como insuficiência de renda para uma concepção que a entende também como privação de capacidades, seguindo Sen (1999); e a operacionalização empírica dessa visão por meio do método de contagem de Alkire-Foster, base do Índice de Pobreza Multidimensional Global (Alkire & Foster, 2011), que complementa as medidas convencionais de pobreza monetária. Esse indicador permite identificar aqueles indivíduos que, mesmo acima da linha de pobreza monetária, enfrentam privações severas em áreas como saúde, educação ou habitação.

Apesar do otimismo inicial, transcorrida mais da metade do período previsto para o cumprimento dos ODS, apenas cerca de 15% deles apresentam chances de serem alcançados, sendo o ODS 1 um dos mais atrasados (Yusuf et al., 2023). Nesse contexto, o Banco Mundial alerta que uma "policrise" — composta pela pandemia de COVID-19, pelas mudanças climáticas, por conflitos armados e pela desaceleração econômica —

[1] Pesquisadora Principal do Instituto de Estudios Peruanos (IEP)
[2] Diretor do Instituto de Desarrollo Humano de América Latina (IDHAL) e Professor da Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP).

ameaça reverter anos de progresso na redução da pobreza (World Bank, 2024). A pandemia, por exemplo, teria elevado a taxa global de pobreza extrema de 8,4% em 2019 para 9,3% em 2020, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 70 milhões de pessoas nessa condição (World Bank, 2022). Embora se estime uma leve recuperação posterior (8,5% em 2024), as projeções atuais indicam que, em 2030, a taxa de pobreza extrema ainda estará em torno de 7,3%, distante da meta de erradicação (World Bank, 2024).

No âmbito da pobreza multidimensional, as tendências também são preocupantes. Antes da pandemia, estimativas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Iniciativa de Oxford sobre Pobreza e Desenvolvimento Humano (OPHI) indicavam que 47 países de baixa e média renda estavam no caminho para reduzir pela metade a pobreza multidimensional até 2030 (Alkire et al., 2020). Contudo, análises posteriores sugeriram que a crise sanitária poderia provocar retrocessos equivalentes a uma década de avanços (UNDP & OPHI, 2021). A atualização mais recente do índice confirma, em muitos casos, esse estancamento ou retrocesso, particularmente na África Subsaariana e no Sul da Ásia (UNDP & OPHI, 2023). Em conjunto, as projeções relativas à pobreza monetária e multidimensional indicam que, "embora tenha havido avanços significativos na redução da pobreza global, a dura realidade é que não estamos no caminho certo para alcançar esse objetivo" (López-Calva, 2024).

Nesse cenário, convergem desigualdades interseccionais: para cada 100 homens em situação de pobreza extrema, há 110 mulheres (UN Women, 2023), e 1,2 bilhão de crianças enfrenta ao menos uma privação grave em saúde, nutrição ou aprendizagem (Save the Children, 2022). Os choques climáticos aprofundam a vulnerabilidade: o ciclone Idai, em 2019, levou novamente à pobreza 1,9 milhão de pessoas em Moçambique (Hallegatte et al., 2017), enquanto as inundações no Paquistão, em 2022, reduziram em 12% a renda agrícola anual (World Bank, 2024).

A esse quadro soma-se um cenário internacional marcado por crescimento econômico em desaceleração e elevada incerteza, especialmente diante das transformações no comércio global. Entre janeiro e abril de 2025, as projeções de crescimento para economias emergentes e em desenvolvimento foram revisadas para baixo, passando de 4,2% para 3,7%, e espera-se que não ultrapassem 3,9% em 2026 (IMF, 2025). Esse menor dinamismo econômico global, particularmente nos países de menor renda, limitará a capacidade do crescimento de contribuir para a redução da pobreza (World Bank, 2024), corroborando o argumento de Yusuf et al. (2023), segundo o qual o crescimento, por si só, não será suficiente para alcançar as metas do ODS 1.

O espaço fiscal constitui outra restrição crítica: o FMI estima que erradicar a pobreza extrema monetária exigiria um esforço adicional equivalente a cerca de 2% do PIB anual dos países de baixa renda, enquanto o espaço fiscal disponível não supera 0,4% (Gaspar, Medas, Perrelli, & Selassie, 2022). Isso reforça a necessidade de maximizar o impacto de cada recurso e de dispor de avaliações que permitam a realocação eficiente de políticas e investimentos.

Retomar taxas mais elevadas de crescimento econômico e, sobretudo, sustentá-las ao longo do tempo, é condição necessária para recolocar o mundo em uma trajetória de redução da pobreza. No entanto, não se trata apenas de recuperar o dinamismo do crescimento da economia mundial, e em particular nos países de menor renda, mas também de assegurar que esse crescimento seja inclusivo, que gere emprego e dinamismo nos setores que são relevantes para os meios de vida daqueles que enfrentam diferentes formas de pobreza, e que esse crescimento econômico amplie suas oportunidades de acesso a meios de vida que gerem oportunidades sustentadas e sustentáveis de inclusão econômica. Para isso, é necessário que o crescimento econômico gere encadeamentos que dinamizem as economias das quais dependem as famílias de menor renda e que seja acompanhado por uma nova geração de políticas públicas que facilite o acesso e o aproveitamento, por parte das pessoas em situação de pobreza, das oportunidades que esse crescimento venha a gerar. Isso implica mais e melhor infraestrutura pública e de serviços — públicos e privados — para todos, bem como políticas setoriais e sociais orientadas a promover o desenvolvimento de meios de vida que permitam inserir as pessoas em situação de pobreza em trajetórias sustentadas de desenvolvimento.

Nesse contexto, diante das tendências observadas na redução das diversas formas de pobreza, o cumprimento do ODS 1 parece pouco provável, o que torna inescapável a redefinição das estratégias voltadas à sua superação, em todas as suas formas e dimensões. Ainda que limitadas, as políticas públicas, especialmente as políticas sociais, permanecem como um instrumento central nesse esforço.

Neste capítulo, destacamos a necessidade de uma revisão crítica do paradigma atual de intervenção social. Para alcançar avanços substantivos no cumprimento do ODS 1, propomos o desenvolvimento de uma nova geração de políticas sociais mais integradas, adaptáveis e eficazes. Em particular, enfatizamos quatro elementos-chave: (i) a importância de reconhecer tanto os avanços quanto as limitações das políticas tradicionais de combate à pobreza, centradas em transferências monetárias condicionadas; (ii) a necessidade de incorporar estratégias de inclusão econômica no desenho das políticas sociais; (iii) a urgência de implementar políticas que não apenas reduzam a pobreza monetária, mas que também enfrentem explicitamente a pobreza multidimensional; e (iv) a importância de mecanismos de avaliação rigorosos, porém flexíveis, que promovam a inovação em contextos de capacidade estatal limitada, heterogeneidade territorial e restrições fiscais.

Por fim, embora este capítulo se concentre prioritariamente nas políticas sociais, reconhecemos que a redefinição das estratégias de redução da pobreza exige sua articulação com ações complementares, como a redução das desigualdades, a resolução de conflitos, o enfrentamento das mudanças climáticas, o fortalecimento da capacidade fiscal e o aprimoramento da governança democrática nos países de baixa e média renda. Sem essa articulação, é provável que as políticas de combate à pobreza tenham impacto limitado, atuando mais como medidas paliativas do que como promotoras de oportunidades sustentadas de desenvolvimento humano.

2. Um novo marco de políticas sociais para retomar uma trajetória de redução de todas as formas de

2.1 Transferências Monetárias Condicionadas: alcance, evidência e limites da resposta convencional

Embora o leque de políticas sociais seja amplo — incluindo subsídios universais, seguros contributivos, programas de emprego público ou provisão direta de serviços —, ao longo dos últimos vinte e cinco anos as transferências monetárias condicionadas (TMC) consolidaram-se como o instrumento convencional para a redução da pobreza por meio de incentivos ao capital humano. Esse desenho, que combina um apoio imediato à renda com condicionalidades vinculadas à escola e aos serviços de saúde, costuma funcionar como referência para a avaliação e articulação de intervenções mais recentes.

Os primeiros programas de TMC surgiram na América Latina no final da década de 1990, quando a região buscava respostas para o aumento da pobreza e da instabilidade social decorrentes dos ajustes estruturais posteriores ao Consenso de Washington (Brearley, 2016). O Progresa, lançado no México em 1994, substituiu subsídios regressivos por transferências diretas, e o modelo se difundiu rapidamente: em menos de dez anos, dezesseis países latino-americanos implementavam TMC, alcançando 16,0% da população. Posteriormente, essas políticas passaram a integrar o repertório de instrumentos em países de baixa e média renda na África e na Ásia. O apelo das TMC residiu em sua capacidade de focalizar recursos com relativa transparência e, sobretudo, na abundância de avaliações rigorosas que respaldavam sua efetividade.

Para estimar seus efeitos, foram amplamente utilizados ensaios controlados randomizados (RCTs) e métodos quase experimentais — como diferenças-em-diferenças, variáveis instrumentais e regressão descontínua — que permitem isolar impactos causais ao comparar beneficiários com grupos de controle. Essa preocupação metodológica dialoga diretamente com a discussão da Seção 4 sobre a combinação entre rigor e flexibilidade na avaliação.

Revisões sistemáticas confirmam que as TMC geram uma série de benefícios. Na saúde, favorecem o uso de serviços preventivos e reduzem a mortalidade infantil, além de aumentarem o peso ao nascer, o número de consultas pré-natais, os partos assistidos e a vacinação materna (Lagarde et al., 2007; Siddiqi et al., 2018; Glassman et al., 2013; Jacobs & Downey, 2022; Lisboa et al., 2023). Também melhoram a nutrição e a imunização infantil, reforçam a frequência e a matrícula escolar e, embora seus efeitos sobre a aprendizagem sejam mais modestos, contribuem para reduzir o atraso escolar (Baird et al., 2013, 2014; Temidayo & Awojobi, 2020). Na esfera econômica, aumentam o consumo e o investimento produtivo das famílias, reduzem o trabalho infantil e a pobreza de tempo dos cuidadores, amortecem choques de renda e fortalecem a renda agrícola (Kabeer & Waddington, 2015; Owusu-Addo et al., 2018; Prajapati & Prajapati, 2023). Alguns estudos também registram reduções na depressão e na ansiedade, diminuições seletivas da violência intrafamiliar e menor incidência de HIV (Wollburg

et al., 2023; Machado et al., 2024; Guimarães et al., 2023). Experiências recentes ilustram sua adaptabilidade: no Quirguistão, a eletrificação financiada por transferências reduziu em 18% o tempo dedicado ao transporte de água (ADB, 2024), enquanto em Vanuatu, pagamentos móveis vinculados à plataforma MOSIP reduziram em 14% os deslocamentos necessários para o recebimento de pensões (UNDP, 2023).

Esses avanços coexistem, contudo, com lacunas persistentes. O impacto sobre a aprendizagem depende do valor e da regularidade dos pagamentos, mas sobretudo da qualidade das escolas, de modo que, em sistemas educacionais frágeis, os efeitos cognitivos são praticamente nulos. Na saúde, os resultados se dissipam quando os serviços são precários ou quando contextos culturais dificultam o acesso; com exceção de alguns casos, como diabetes, observam-se poucos avanços em doenças não transmissíveis, além de persistirem lacunas de dados sobre idosos ou minorias étnicas (Brenyah & Domfe, 2019; Van Daalen et al., 2022). A evidência sobre planejamento familiar e adesão ao tratamento de HIV é inconclusiva, os efeitos sobre a violência são mistos e há registros de tensões intrafamiliares associadas à distribuição de recursos ou ao estresse gerado pelas condicionalidades (Khan et al., 2016; Wollburg et al., 2023). Esses elementos confirmam que, ao atuar predominantemente sobre o eixo da renda, as TMC não enfrentam diretamente as múltiplas privações simultâneas — como acesso à água, energia, moradia adequada e conectividade — analisadas na seção 2.3.

Em síntese, as TMC constituem o pilar convencional das políticas sociais contemporâneas e são fundamentais para aliviar a pobreza de renda e fortalecer indicadores básicos de capital humano; contudo, seus limites indicam que, isoladamente, são insuficientes para erradicar a pobreza em todas as suas dimensões. Diante da segunda metade da Agenda 2030, o desafio não é abandonar as TMC, mas complementá-las com políticas mais inovadoras que enfrentem explicitamente os nós críticos da pobreza multidimensional. Essa ampliação — envolvendo o desenho de pacotes de ativos, financiamento inteligente e avaliação adaptativa — é desenvolvida na seção seguinte.

2.2 Inclusão econômica como parte dos objetivos e ações das políticas sociais

Tradicionalmente, as políticas sociais têm se limitado à oferta de programas de assistência social, sobretudo em países de baixa renda, e de proteção social contributiva em países de maior renda. O contraste entre esses dois tipos de programas é evidente: os primeiros estão voltados à proteção de pessoas em situação de pobreza ou vulnerabilidade, por meio de instrumentos como transferências monetárias condicionadas e programas de assistência alimentar; os segundos referem-se a mecanismos de apoio àqueles que perderam sua fonte de renda, como seguros-desemprego e sistemas de pensões.

No entanto, juntamente com esses dois tipos de intervenções sociais — ambas necessárias e complementares —, são requeridas intervenções que permitam às pessoas que enfrentam uma situação de pobreza ou vulnerabilidade, temporária ou persistente, adotar estratégias para se inserir em uma trajetória de superação dessa condição. Trata-se de intervenções que buscam "promover" caminhos de redução da pobreza por meio do fortalecimento de capacidades, ativos e relações, de modo a facilitar o acesso a meios de vida e às opções de desenvolvimento desses meios de vida.

Essas intervenções, conhecidas como políticas de inclusão econômica (também denominadas estratégias de inclusão produtiva ou de "graduação"), têm uma trajetória consolidada e vêm ganhando crescente relevância. Desde as iniciativas pioneiras da BRAC em Bangladesh, no início dos anos 2000, até as mais de 400 intervenções atualmente registradas em mais de 88 países pelo Partnership for Economic Inclusion, esse tipo de abordagem tem sido amplamente estudado, demonstrando elevada efetividade (BRAC, 2021; Arévalo-Sánchez et al., 2024).

A incorporação de ações de inclusão econômica no âmbito das políticas sociais é reconhecida como uma boa prática, configurando-se como complemento efetivo às políticas de assistência e proteção social e como elemento-chave para sustentar processos duradouros de redução da pobreza[3].

Apesar disso, programas de inclusão econômica ainda não são, em muitos casos, parte integrante das políticas sociais, sendo frequentemente tratados como intervenções setoriais ou territoriais voltadas ao desenvolvimento de meios de vida. Com isso, perde-se uma oportunidade importante de articular essas iniciativas com políticas de assistência e proteção social.

A evidência acumulada demonstra a efetividade dessas intervenções (no aumento da renda, na melhoria da saúde e da alimentação, no empoderamento dos participantes e no fortalecimento da resiliência), mas também seu grande potencial de articulação com outros objetivos de desenvolvimento, como adaptação às mudanças climáticas, nutrição, inclusão produtiva de jovens, geração de emprego e desenvolvimento rural e territorial (Arévalo-Sánchez et al., 2024).

Incluir de ações voltadas à inserção econômica de pessoas em situação de pobreza representa, portanto, uma oportunidade de ampliar a efetividade das políticas sociais e expandir seu alcance e impacto[4].

[3] Existe uma ampla literatura a esse respeito (Bandeira et al., 2017; Banerjee et al., 2015, 2021; Arévalo-Sánchez et al., 2024, entre outros), bem como uma série de casos emblemáticos, como o da BRAC em Bangladesh, o Brasil sem Miséria e o programa Satat Jeevikoparjan Yojana, no estado de Bihar, na Índia.
[4] Como tem sido sugerido por diversos autores — ver, por exemplo, Winder e Faret (2019), Trivelli et al. (2017) e Trivelli e Clausen (2015), entre outros.

2.3 Desenho de intervenções nodais para a pobreza multidimensional não monetária

Reduzir a pobreza exige muito mais do que elevar a renda; implica atuar deliberadamente sobre as privações educacionais, energéticas, habitacionais, nutricionais, sanitárias e de infraestrutura que configuram a experiência cotidiana de milhões de pessoas em situação de pobreza multidimensional. Evidências pós-pandemia mostram que essas carências formam um sistema denso de nós interconectados (ou aglomerações de privações), de modo que aliviar um deles pode desencadear melhorias em cascata (Stojkoski et al., 2024). Com base nessa lógica de "acupuntura do desenvolvimento" proposta por Stojkoski et al. (2024), esta seção apresenta um conjunto de passos que podem ser úteis para o desenho e a implementação de intervenções explícitas voltadas à pobreza multidimensional não monetária em países de baixa e média renda.

Um primeiro passo consiste na identificação de nós críticos de privação por meio de instrumentos como os índices de pobreza multidimensional (IPM) e da análise das interações entre privações. A estimação de IPMs com dados de pesquisas domiciliares — complementados, por exemplo, com imagens de satélite de alta resolução e registros administrativos — permite identificar com precisão combinações de carências que se reforçam mutuamente, como domicílios sem acesso simultâneo à eletricidade, água potável e conectividade digital (IEA et al., 2022; Kwarteng & Ampadu, 2023). Esse mapeamento pode orientar a alocação orçamentária: se o acesso à água segura constitui o nó de maior centralidade, investimentos em redes de distribuição, pontos comunitários de cloração e saneamento básico podem gerar retornos sanitários, educacionais e de gênero superiores aos de intervenções isoladas (Doan et al., 2023).

Em segundo lugar, a combinação de transferências monetárias com "pacotes de ativos" setoriais pode ampliar a eficácia das transferências já existentes. Programas do tipo *cash-plus*, que articulam transferências com tutorias intensivas, subsídios à conectividade ou tecnologias como fogões melhorados, demonstraram potencial para recuperar aprendizagens perdidas (Ardington et al., 2021), reduzir a exposição a poluentes domésticos (Dabadge & Kale, 2022) e acelerar a inclusão produtiva de mulheres. A chave está em criar incentivos para que cada componente seja ofertado pela instância correspondente, de forma coordenada. Por exemplo, o ministério da educação pode gerir tutorias, empresas públicas de energia podem instalar soluções solares, e o ministério do desenvolvimento social pode executar as transferências, sob um arranjo institucional baseado em metas compartilhadas.

Em terceiro lugar, é necessário financiamento inteligente. Em contextos de restrição fiscal, um conjunto de instrumentos — como subsídios cruzados em tarifas de energia, tarifas de água por blocos e fundos climáticos internacionais — pode mobilizar recursos privados para investimentos em infraestrutura de alto impacto. A experiência da Índia mostra que subsidiar o custo fixo de conexão ao gás, mantendo preços próximos aos de mercado para o consumo, reduz a pressão fiscal sem comprometer o uso eficiente do serviço (Dabadge & Kale, 2022). De forma semelhante, iniciativas como a Aliança para a Conectividade Global têm mobilizado capital híbrido para expandir redes de fibra

óptica em áreas rurais, com custos diluídos em parcelas acessíveis aos usuários (Kwarteng & Ampadu, 2023).

O quarto componente é a implementação territorial diferenciada. A aplicação de um mesmo pacote em contextos urbanos densos e em comunidades rurais (como em territórios amazônicos) tende a reduzir a efetividade das intervenções. Por isso, recomenda-se um enfoque em que cada território priorize dois ou três nós críticos, conforme sua matriz de privações. Em favelas brasileiras, projetos de urbanização integraram melhorias habitacionais, acesso à água e regularização fundiária, reduzindo o adensamento e a criminalidade (Santoro et al., 2021). Já em regiões andinas do Peru, a combinação mais eficaz envolveu nutrição materno-infantil, visitas domiciliares e saneamento rural (Huicho et al., 2022).

Em quinto lugar, a digitalização da implementação e do monitoramento pode aumentar a eficiência e a transparência. O sistema Ayushman Bharat, na Índia, que financia tratamentos hospitalares para cerca de 500 milhões de pessoas, utiliza um cadastro biométrico único e autorizações eletrônicas em tempo real; em três anos, evitou o empobrecimento por gastos em saúde de 23 milhões de pessoas (National Health Authority, 2022). De forma semelhante, a plataforma M-Educação, em Gana, utiliza algoritmos para alocar tutores a estudantes rurais com base em testes adaptativos, mantendo custos inferiores a 30 dólares por aluno ao ano (Angrist et al., 2023).

Uma condição estrutural é a existência de capacidades estatais robustas. Sistemas de identificação digital, como o Aadhaar na Índia ou o MOSIP nas Filipinas, integrados a registros sociais unificados, permitem pagamentos diretos, reduzem fraudes e possibilitam auditorias em tempo real (Gelb & Diofasi Metcalfe, 2018). Sem essas bases, a implementação de programas *cash-plus* e de sistemas de monitoramento contínuo torna-se inviável.

Finalmente, a avaliação adaptativa garante aprendizado contínuo. Desenhos bayesianos que redistribuem a amostra para os braços mais promissores reduzem a duração e o custo dos pilotos (Kasy & Sautmann, 2021). Ao mesmo tempo, combinar pesquisas breves por telefone com etnografias rápidas lança luz sobre mecanismos que, por vezes, os indicadores quantitativos deixam passar, como a aceitação cultural ou a percepção comunitária de segurança após uma melhoria no bairro (Adato et al., 2011). Dessa forma, cada ciclo de implementação-avaliação alimenta decisões sobre escalonamento, adaptação ou descontinuação.

A experiência acumulada indica que esse enfoque não apenas é viável em países de baixa e média renda, como também gera retornos sociais superiores a 10 dólares para cada dólar investido — significativamente acima de intervenções unidimensionais (Lomborg, 2023). Com vontade política e coordenação intersetorial, pode acelerar o progresso rumo à erradicação da pobreza em todas as suas formas.

2.4 Rigor e adaptabilidade na avaliação de políticas sociais

Durante as duas últimas décadas, os ensaios controlados aleatorizados (RCTs) consolidaram-se como a ferramenta emblemática para estimar a eficácia de intervenções sociais em países de renda baixa e média, graças à clareza com que a alocação aleatória identifica efeitos causais e ao impulso gerado pelo Prêmio Nobel de Economia de 2019 concedido a Banerjee, Duflo e Kremer (Bédécarrats, Guérin, & Roubaud, 2019; Deaton & Cartwright, 2018). Essa onda experimental fortaleceu a retórica das "políticas baseadas em evidências" e estimulou organizações como o Banco Mundial e o J-PAL a financiar centenas de estudos cujos resultados foram traduzidos em programas nacionais; a expansão da educação pré-escolar comunitária em Moçambique e as novas linhas de crédito para escolas privadas no Paquistão ilustram bem essa influência (Holla, 2019).

A centralidade dos RCTs, no entanto, trouxe à tona limitações não desprezíveis. Nem toda política é passível de aleatorização: reformas regulatórias ou coberturas universais colocam barreiras éticas e logísticas difíceis de contornar (Ravallion, 2020). Mesmo com desenhos particularmente "limpos", a validade externa costuma ser questionável, pois os efeitos médios dependem estreitamente das instituições e da cultura local (Angrist & Pischke, 2010). Uma meta-análise de sete RCTs de microcrédito mostrou impactos modestos e heterogêneos, atribuíveis tanto ao ruído amostral quanto ao contexto (Meager, 2019; Morduch, 2020). Mesmo a replicação de um protocolo idêntico não garante o mesmo resultado: no Quênia, a contratação de um docente adicional elevou o desempenho quando implementada por uma ONG, mas o efeito se dissipou ao se escalar a intervenção sob administração governamental (Bold et al., 2018). Exigir exclusivamente evidência experimental pode, ademais, bloquear a inovação, uma vez que os doadores tendem a financiar apenas o que já foi testado (Pritchett & Sandefur, 2015).

Diante dessas limitações, o debate atual defende uma rigorosidade proporcional e adaptativa. Os desenhos quase-experimentais têm demonstrado ser capazes de oferecer estimativas credíveis com menor custo e maior rapidez. A expansão massiva de escolas na Indonésia aumentou os anos de escolaridade e os salários por meio de uma abordagem de diferenças-em-diferenças (Duflo, 2001); a provisão de bicicletas para meninas rurais elevou a matrícula no ensino secundário na Índia com o mesmo desenho (Muralidharan & Prakash, 2017). A regressão descontínua, quando há um limiar de elegibilidade, mostra-se igualmente potente: o programa chileno de alívio à pobreza extrema gerou melhorias de renda e ativos ao comparar domicílios situados imediatamente abaixo e acima do ponto de corte (Galasso, 2006).

A inferência bayesiana, por sua vez, possibilita ensaios adaptativos que redistribuem o tamanho dos grupos em tempo real, concentrando recursos nas variantes mais promissoras e interrompendo precocemente aquelas ineficazes (Kasy & Sautmann, 2021). Um piloto de formação profissional no altiplano peruano aplicou essa abordagem e redirecionou recursos para os módulos com maiores retornos salariais antes da conclusão do experimento (Ministerio de Trabajo y Promoción del Empleo, 2024).

O avanço da ciência de dados amplia ainda mais o repertório. Redes neurais treinadas com imagens de satélite e luminosidade noturna estimam a pobreza com precisão e permitem focalizar intervenções em tempo quase real (Jean et al., 2016). Com base metodológica semelhante, Egger et al. (2022) analisaram um programa de transferências de renda que alcançou quase 10.000 aldeias no Quênia e demonstraram, por meio de registros de emprego e variações na luminosidade noturna, que a expansão do consumo local gerou efeitos multiplicadores substanciais na economia circundante. Essas abordagens exigem transparência analítica e validação rigorosa — por exemplo, calibrar a luminosidade com pesquisas domiciliares —, mas são valiosas onde as pesquisas tradicionais são demasiado lentas ou custosas (Rathinam, Thissen, & Gaarder, 2021).

A pesquisa qualitativa permanece indispensável para decifrar mecanismos que os números não revelam. O estudo de Adato, Roopnaraine e Becker (2011), sobre transferências condicionadas na Nicarágua e na Turquia, mostrou que as crenças acerca da qualidade dos serviços de saúde limitavam a adesão das famílias. A etnografia institucional conduzida no Prospera (México) revelou como os agentes de linha de frente equilibravam metas quantitativas e realidades familiares, explicando parte da heterogeneidade dos impactos (Smith, 2005).

Mais recentemente, a síntese de evidências "viva" — meta-análises hierárquicas atualizadas em tempo real — permite que formuladores de políticas ajustem programas sem precisar esperar anos (McKenzie, 2021). Por sua vez, a ciência da implementação, ao medir fidelidade e adaptações, contribui para evitar os "sucessos piloto-fracassos em escala" observados no Quênia (Bold et al., 2018).

Uma agenda de avaliação flexível para países de renda baixa e média pode, assim, combinar RCTs quando éticos e viáveis, quase-experimentos quando não o forem, ensaios adaptativos para acelerar a aprendizagem, registros administrativos e sensoriamento remoto para monitoramento de alta frequência, e trabalho qualitativo ágil para captar os processos subjacentes. Com protocolos abertos e unidades nacionais de síntese de evidências, esse conjunto de ferramentas amplia o rigor sem sacrificar a pertinência nem a celeridade. Avaliar dessa maneira permite inovar com menor risco, aprender com rapidez e desenhar intervenções que, ao se adaptarem a contextos de capacidades limitadas, contribuam efetivamente para o alcance do ODS 1.

Conclusões

A erradicação da pobreza exige políticas capazes de articular transferências monetárias, inclusão econômica e intervenções setoriais integradas, bem como sistemas de aprendizagem contínua. Caso os governos optem por estratégias que priorizem os nós críticos da pobreza monetária e multidimensional, seria de se esperar uma aceleração gradual dos avanços perdidos durante a pandemia. Poder-se-ia observar, por exemplo,

que parcerias público-privadas orientadas à eletrificação rural e ao acesso universal à água segura reduzam simultaneamente a carga de doenças e o tempo de trabalho não remunerado das mulheres, multiplicando os efeitos das transferências de renda.

No médio prazo, é plausível que a crescente disponibilidade de dados de satélite e de registros administrativos transforme a avaliação de políticas. Caso se consolidem tendências recentes, os ministérios de planejamento passariam a dispor de painéis de controle quase em tempo real, permitindo a realocação de recursos em ciclos muito mais curtos do que os atuais, aproximando a prática da política social da lógica de teste e aprendizagem. Também poderia ampliar-se o uso de financiamento climático para subsídios a fogões melhorados e redes de água, caso os mecanismos de mercado de carbono reconheçam os co-benefícios sanitários e de gênero, reduzindo a pressão sobre os orçamentos nacionais. No entanto, o impacto de tais inovações dependerá do fortalecimento institucional e da governança democrática: sem capacidade estatal para coordenar setores, integrar cadastros e garantir transparência, os benefícios potenciais tenderiam a se diluir.

É provável que o debate sobre métodos de avaliação se desloque da dicotomia "RCT versus não RCT" para uma discussão sobre como combinar causalidade rigorosa, monitoramento contínuo e participação comunitária. Antecipa-se que a inferência bayesiana adaptativa ganhe maior tração, sobretudo em contextos de restrição fiscal. Também seria de se esperar que os doadores ajustem seus requisitos, passando a valorizar portfólios de evidências em lugar de um único desenho canônico, o que ampliaria os graus de liberdade para inovações atualmente consideradas demasiado arriscadas.

Embora as projeções atuais indiquem que o ODS 1 não será alcançado até 2030, o progresso permanece possível. Uma combinação de diagnósticos integrados, intervenções nodais, financiamento inteligente e avaliação flexível poderia alterar essa trajetória. A magnitude do impacto dependerá da vontade política e da capacidade de coordenação entre atores e dados.

Em direção a uma agenda pós-2030, os países poderiam estabelecer metas centradas em bem-estar, resiliência e sustentabilidade — por exemplo, reduzir a pobreza multidimensional a menos de um terço dos níveis atuais e eliminar a pobreza de tempo das mulheres —, objetivos que seriam viáveis caso se mobilize um esforço fiscal adicional e se institucionalize um processo de aprendizagem contínua baseado em evidências dinâmicas e participação comunitária. Os próximos cinco anos serão decisivos para converter as lições da última década em políticas capazes de erradicar a pobreza em todas as suas formas.

Referências

Adato, M., Roopnaraine, T., & Becker, E. (2011). Understanding use of health services in conditional cash transfer programs: Insights from qualitative research in Latin America and Turkey. *Social Science & Medicine, 72*(12), 1921-1929. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2010.09.032

Ahmed, A., Aune, D., Vineis, P., Pescarini, J. M., Millett, C., & Hone, T. (2022). The effect of conditional cash transfers on the control of neglected tropical disease: A systematic review. *The Lancet Global Health, 10*(5), e722-e736. https://doi.org/10.1016/S2214-109X(22)00065-1

Alkire, S., & Foster, J. (2011). Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics, 95*(7-8), 476-487. https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2010.11.006

Alkire, S., Kanagaratnam, U., & Suppa, N. (2020). *The Global Multidimensional Poverty Index 2020*. UNDP & OPHI. https://ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index

Angrist, J. D., & Pischke, J.-S. (2010). The credibility revolution in empirical economics: How better research design is taking the con out of econometrics. *Journal of Economic Perspectives, 24*(2), 3-30. https://doi.org/10.1257/jep.24.2.3

Angrist, N., de Barros, A., Patrinos, H., & Rogers, H. (2023). Internet access and student achievement: Evidence from Ghana. *World Development, 165*, 106245. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2023.106245

Ardington, C., Wills, G., & Kotze, J. (2021). The impact of structured tutoring on COVID-19 learning losses. *Economics of Education Review, 83*, 102141. https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2021.102141

Arévalo-Sánchez, Inés; Heisey, Janet; Chaudhary, Sarang; Clay, Timothy; Strokova, Victoria; Vasudeva Dutta, Puja; Andrews, Colin. 2024. Informe sobre el estado de la inclusión económica 2024: Vías para ampliar la escala. © World Bank. http://hdl.handle.net/10986/42408 License: CC BY 3.0 IGO."

Baird, S., Ferreira, F. H. G., Özler, B., & Woolcock, M. (2013). Relative effectiveness of conditional and unconditional cash transfers for schooling outcomes in developing countries: A systematic review. *Campbell Systematic Reviews, 9*(1), Article 8. https://doi.org/10.4073/csr.2013.8

Baird, S., Ferreira, F. H. G., Özler, B., & Woolcock, M. (2014). Conditional, unconditional and everything in between: A systematic review of the effects of cash transfer programmes on schooling outcomes. *Journal of Development Effectiveness, 6*(1), 1-43. https://doi.org/10.1080/19439342.2014.890362

Bandiera, Oriana, Robin Burgess, Narayan Das, Selim Gulesci, Imran Rasul, and Munshi Sulaiman. 2017. "Labor Markets and Poverty in Village Economies." *The*

Quarterly Journal of Economics 132 (2): 811–870.https://doi.org/10.1093/qje/qjx003.

Banerjee, Abhijit, Esther Duflo, Nathanael Goldberg, Dean Karlan, Robert Osei, William Parienté, Jeremy Shapiro, Bram Thuysbaert, and Christopher Udry. 2015. "A Multi-Faceted Program Causes Lasting Progress for the Very Poor: Evidence from Six Countries." *Science* 348 (6236): 1260799.https://doi.org/10.1126/science.1260799

Banerjee, Abhijit, Esther Duflo, Garima Sharma. 2021. "Long-Term Effects of the Targeting the Ultra Poor Program" *AER: Insights*, 3(4): 471–486. https://doi.org/10.1257/aeri.20200667.

Banerjee, A., Banerji, R., Berry, J., Duflo, E., Kannan, H., Mukerji, S., Shotland, M., & Walton, M. (2016). *Mainstreaming an effective intervention: Evidence from randomized evaluations of "Teaching at the Right Level" in India*(NBER Working Paper 22746). https://doi.org/10.3386/w22746

Bédécarrats, F., Guérin, I., & Roubaud, F. (2019). All that glitters is not gold: The political economy of randomized evaluations in development. *Development and Change, 50*(3), 735-762. https://doi.org/10.1111/dech.12378

Bold, T., Kimenyi, M., Mwabu, G., Ng'ang'a, A., & Sandefur, J. (2018). Experimental evidence on scaling up education reforms in Kenya. *Journal of Public Economics, 168*, 1-20. https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2018.09.001

BRAC (2021) Graduation Overview BRAC-UPGI. https://bracupgi.org/wp-content/uploads/2021/07/Graduation-Overview-Jan-2021-BRAC-UPGI.pdf

Brearley, E. J. (2016). A history of social protection in Latin America: From Conquest to conditional cash transfers. *Interventions Économiques, 56*, Article 2926. https://doi.org/10.4000/interventionseconomiques.2926

Brenyah, J. K., & Domfe, G. (2019). Relevance of conditional cash transfers for the implementation of Sustainable Development Goals in developing countries. *African Research Review, 13*(2), 39-53. https://doi.org/10.4314/afrrev.v13i2.4

Dabadge, A., & Kale, S. S. (2022). Clean cooking for all? Evaluating India's LPG subsidy scheme. *Energy Policy, 164*, 112926. https://doi.org/10.1016/j.enpol.2022.112926

Deaton, A., & Cartwright, N. (2018). Understanding and misunderstanding randomized controlled trials. *Social Science & Medicine, 210*, 2-21. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2017.12.005

Doan, P., Nguyen, H., & Tran, T. (2023). Community chlorination and child health in rural Viet Nam. *Water Research, 235*, 119754. https://doi.org/10.1016/j.watres.2023.119754

Duflo, E. (2001). Schooling and labor-market consequences of school construction in Indonesia: Evidence from an unusual policy experiment. *American Economic Review,*

91(4), 795-813. https://doi.org/10.1257/aer.91.4.795

Egger, D., Haushofer, J., Miguel, E., Niehaus, P., & Walker, M. (2022). General equilibrium effects of cash transfers: Experimental evidence from Kenya. *Journal of Development Economics, 153*, 102749. https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2021.102749

Galasso, E. (2006). With their effort and one opportunity: Alleviating extreme poverty in Chile. *Development Policy Review, 24*(5), 627-646. https://doi.org/10.1111/j.1467-7679.2006.00352.x

Gaspar, V., Medas, P., Perrelli, R., & Selassie, A. (2022). Financing for development: Ending extreme poverty requires resilience and fiscal space. *Finance & Development, 59*(3), 10-13.

Gelb, A., & Diofasi Metcalfe, L. (2018). *Identification revolution: Can digital ID be harnessed for development?* Center for Global Development.

Glassman, A., Duran, D., Fleisher, L., Singer, D., Sturke, R., Angeles, G., Charles, J., & col. (2013). Impact of conditional cash transfers on maternal and newborn health. *Journal of Health, Population and Nutrition, 31*(4 Suppl 2), S48-S66.

Guimarães, N. S., Magno, L., de Paula, A. A., Silliman, M., Anderle, R. V. R., Rasella, D., Macinko, J., de Souza, L. E., & Dourado, I. (2023). The effects of cash transfer programmes on HIV/AIDS prevention and care outcomes: A systematic review and meta-analysis. *The Lancet HIV, 10*(6), e410-e423. https://doi.org/10.1016/S2352-3018(22)00290-9

Hallegatte, S., Vogt-Schilb, A., Bangalore, M., & Rozenberg, J. (2017). *Unbreakable: Building the resilience of the poor in the face of natural disasters*. World Bank. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25335

Holla, A. (2019, 30 octubre). The policy footprint of RCTs. Blog *Development Impact*, Banco Mundial. https://blogs.worldbank.org/impactevaluations/policy-footprint-rcts

Huicho, L., Segura, E., & Gonzales, F. (2022). Drivers of Peru's reduction in child stunting 2008-2018: A mixed-methods analysis. *The Lancet Regional Health – Americas, 9*, 100194. https://doi.org/10.1016/j.lana.2022.100194
IEA, IRENA, UNSD, World Bank, & WHO. (2022). *Tracking SDG 7: The Energy Progress Report 2022*. https://www.iea.org/reports/tracking-sdg7-2022

International Monetary Fund. (2025). *World Economic Outlook, April 2025: A Critical Juncture amid Policy Shifts*. https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/WEO/2025/April/English/text.ashx

Jacobs, W., & Downey, L. E. (2022). Impact of conditional cash transfer programmes on antenatal care service uptake in low- and middle-income countries: A systematic review. *BMJ Open, 12*(11), e064673. https://doi.org/10.1136/bmjopen-2022-064673

Jean, N., Burke, M., Xie, M., Davis, W., Lobell, D., & Ermon, S. (2016). Combining satellite imagery and machine learning to predict poverty. *Science, 353*(6301), 790-794. https://doi.org/10.1126/science.aaf7894

Kabeer, N., & Waddington, H. (2015). Economic impacts of conditional cash transfer programmes: A systematic review and meta-analysis. *Journal of Development Effectiveness, 7*(3), 290-328. https://doi.org/10.1080/19439342.2015.1068833

Kasy, M., & Sautmann, A. (2021). Adaptive treatment assignment in experiments for policy choice. *Econometrica, 89*(1), 113-151. https://doi.org/10.3982/ECTA17434

Khan, M. E., Hazra, A., Kant, A., & Ali, M. (2016). Conditional and unconditional cash transfers to improve use of contraception in low- and middle-income countries: A systematic review. *Studies in Family Planning, 47*(4), 299-322. https://doi.org/10.1111/sifp.12004

Kneale, D., Kjaersgaard, A., de Melo, M., Picardo, J. J., Griffin, S., French, R. S., & Burchett, H. E. D. (2023). Can cash transfer interventions increase contraceptive use and reduce adolescent birth and pregnancy in low- and middle-income countries? A systematic review and meta-analysis. *PLOS Global Public Health, 3*(11), e0001631. https://doi.org/10.1371/journal.pgph.0001631

Kwarteng, A., & Ampadu, P. (2023). Rural broadband expansion and farm income in Ghana. *Telecommunications Policy, 47*(2), 102502. https://doi.org/10.1016/j.telpol.2022.102502

Lagarde, M., Haines, A., & Palmer, N. (2007). Conditional cash transfers for improving uptake of health interventions in low- and middle-income countries: A systematic review. *JAMA, 298*(16), 1900-1910. https://doi.org/10.1001/jama.298.16.1900

Lisboa, C. S., Guimarães, N. S., Ferreira, A. J. F., da Silva, K. B. B., Alves, F. J. O., Rocha, A. S., Ortelan, N., & col. (2023). Impact of cash transfer programs on birth and child growth outcomes: Systematic review. *Ciência & Saúde Coletiva, 28*(8), 2885-2904. https://doi.org/10.1590/1413-81232023288.14082022

Lomborg, B. (2023). *Best things first: The 12 most efficient solutions for the world's poorest*. Copenhagen Consensus Center.

López-Calva, L. F. (2024, 12 junio). Midway to 2030: Are we on track to end extreme poverty? *Brookings Future Development* Blog. https://www.brookings.edu/articles/midway-to-2030-are-we-on-track-to-end-extreme-poverty

Martins, A. P. B., Canella, D. S., Baraldi, L. G., & Monteiro, C. A. (2013). Cash transfer in Brazil and nutritional outcomes: A systematic review. *Revista de Saúde Pública, 47*(6), 1159-1171. https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2013047004557

McKenzie, D. (2021). Meta-analysis in development economics: An updated survey. *World Bank Research Observer, 36*(2), 153-176. https://doi.org/10.1093/wbro/lkab001

Meager, R. (2019). Understanding the average impact of microcredit expansions: A Bayesian hierarchical analysis of seven randomized experiments. *American Economic Journal: Applied Economics, 11*(1), 57-91. https://doi.org/10.1257/app.20170299

Ministerio de Trabajo y Promoción del Empleo. (2024). *Informe de evaluación del Programa Jóvenes al Trabajo: Resultados piloto 2023-2024*. Lima.

Morduch, J. (2020). Why randomized controlled trials failed to answer the biggest questions about microcredit impact. *World Development, 127*, 104818. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.104818

Muralidharan, K., & Prakash, N. (2017). Cycling to school: Increasing secondary school enrollment for girls in India. *American Economic Journal: Applied Economics, 9*(3), 321-350. https://doi.org/10.1257/app.20160004

National Health Authority. (2022). *Ayushman Bharat PM-JAY: Annual Report 2021-22*. https://pmjay.gov.in/sites/default/files/2023-03/AB_PM-JAY_Annual_Report_2021-22.pdf

Owusu-Addo, E., & Cross, R. (2014). The impact of conditional cash transfers on child health in low- and middle-income countries: A systematic review. *International Journal of Public Health, 59*(4), 609-618. https://doi.org/10.1007/s00038-014-0570-x

Owusu-Addo, E., Renzaho, A. M. N., & Smith, B. J. (2018). The impact of cash transfers on social determinants of health and health inequalities in sub-Saharan Africa: A systematic review. *Health Policy and Planning, 33*(5), 675-698. https://doi.org/10.1093/heapol/czy020

Prajapati, H. R., & Prajapati, S. (2023). Direct cash transfer and farm income: A meta-analysis of South Asian countries. *Indian Journal of Economics and Development, 19*(2), 331-337. https://doi.org/10.35716/IJED-22235

Pritchett, L., & Sandefur, J. (2015). Learning from experiments when context matters. *American Economic Review, 105*(5), 471-475. https://doi.org/10.1257/aer.p20151027

Rathinam, F., Thissen, P., & Gaarder, M. (2021). *Using big data for impact evaluations* (CEDIL Methods Brief 2). CEDIL. https://cedilprogramme.org

Ravallion, M. (2020). Should the randomistas (continue to) rule? *Journal of Globalization and Development, 11*(1), 1-24. https://doi.org/10.1515/jgd-2020-0019

Santoro, R., Surya, B., & Firman, T. (2021). Slum upgrading and quality of life in Indonesian cities. *Habitat International, 118*, 102426. https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2021.102426

Save the Children. (2022). *Generation Hope: 2.4 Billion Reasons to End the Child Poverty Crisis*. https://resourcecentre.savethechildren.net

Sen, A. (1999). *Development as freedom*. Oxford University Press.

Smith, D. E. (2005). *Institutional ethnography: A sociology for people*. AltaMira Press.

Stojkoski, V., Lopez-Calva, L. F., Bolch, K., & Fernandez, A. (2024). *Development acupuncture: The network structure of multidimensional poverty and its implications* (World Bank Policy Research Working Paper 10882). https://doi.org/10.1596/1813-9450-10882

Temidayo, J., & Awojobi, O. N. (2020). Relationship between cash transfer programmes and school outcomes in Africa and Latin America: A systematic review. *Global Journal of Social Sciences, 19*, 21-30. https://doi.org/10.4314/gjss.v19i1.3

Trivelli, C; S. Vargas y J. Clausen "Social Protection and inclusive rural transformation" IFAD Research Series 09. https://www.ifad.org/documents/38714170/39318495/Research+Series+Issue+9+-+Social+protection+and+inclusive+rural+transformation.pdf/bc320b6b-46c3-49a3-be6a-1e15e5688d5b?eloutlink=imf2ifad

Trivelli, C. y J. Clausen (2015) De buenas políticas sociales a políticas articuladas para superar la pobreza: ¿qué necesitamos para iniciar este tránsito? Documento de Trabajo. Lima: IEP https://hdl.handle.net/20.500.14660/975

UN Women. (2023). *Progress on the Sustainable Development Goals: The gender snapshot 2023*. https://www.unwomen.org

UNDP & OPHI. (2021). *Global Multidimensional Poverty Index 2021: Unmasking disparities by ethnicity, caste and gender*. https://hdr.undp.org

UNDP & OPHI. (2023). *Global Multidimensional Poverty Index 2023: Sustaining progress in a pandemic recovery*. https://hdr.undp.org

United Nations. (2000). *United Nations Millennium Declaration* (A/RES/55/2). https://undocs.org/en/A/RES/55/2

United Nations. (2015). *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development* (A/RES/70/1). https://undocs.org/en/A/RES/70/1

Van Daalen, K. R., Dada, S., James, R., Ashworth, H. C., Khorsand, P., Lim, J., Mooney, C., & col. (2022). Impact of conditional and unconditional cash transfers on health outcomes and use of health services in humanitarian settings: A mixed-methods systematic review. *BMJ Global Health, 7*(1), e007902. https://doi.org/10.1136/bmjgh-2021-007902

Winder Rossi, N. y Faret, P. 2019. Garantías mínimas de protección social para el desarrollo incluyente de la economía rural en América Latina y el Caribe. 2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, No. 22. Santiago de Chile. FAO. 41 p. http://www.fao.org/3/ca5461es/ca5461es.pdf

Wollburg, C., Steinert, J. I., Reeves, A., & Nye, E. (2023). Do cash transfers alleviate common mental disorders in low- and middle-income countries? A systematic review and meta-analysis. *PLOS ONE, 18*(2), e0281283. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0281283

World Bank. (2015). *Global monitoring report 2015/16: Development goals in an era of demographic change*. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/22547

World Bank. (2022). *Poverty and shared prosperity 2022: Correcting course*. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/37122

World Bank. (2024). *Poverty, prosperity, and planet: Pathways out of the polycrisis*. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/40971

Yusuf, A. A., Anna, Z., Komarulzaman, A., & Sumner, A. (2023). Will economic growth be sufficient to end global poverty? New projections of the UN Sustainable Development Goals (WIDER Working Paper 2023/123). https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2023/431-1

https://cebrapsustentabilidade.org